

Podemos ser uma exceção em um mundo que não cresce?

Mesmo que a economia mundial entre num longo período de depressão, o Brasil deve evitar qualquer tipo de política econômica recessiva. A opinião é do economista Dionísio Dias Carneiro, da PUC-Rio. Ele acha que essa estratégia pode levar à repetição das experiências do Chile e da Argentina, que adotaram políticas econômicas em nome de uma pretensa salvação das formas puras do capitalismo e tiveram como resultado a destruição da base industrial montada, a desarticulação da economia interna, o desemprego e a depressão prolongada.

Segundo Dionísio Carneiro, a sociedade brasileira deve ser alertada contra tentativas de "austeridade", nas quais se busque a remoção de barreiras à livre operação das forças de mercado em uma conjuntura internacional marcada pelo fechamento das economias centrais, excesso de medidas protecionistas e falta de regras na orientação dos fluxos financeiros internacionais. Ele mostra que se o País seguir esse caminho estará abrindo mão de instrumentos de política econômica de fundamental relevância para proteger a economia nacional das piores consequências de uma economia internacional em crise.

Dionísio Dias Carneiro, ex-vice-presidente da Finep e mestrado em economia por Vanderbilt (EUA), acha que em qualquer caso que se projete a crise mundial, seja ela de longo prazo ou passageira, as medidas mais interessantes para o País são aquelas voltadas para a defesa do nível interno de renda. Certamente, com a perspectiva de depressão mundial, justificar-se-iam medidas que tendessem não a aumentar os vínculos comerciais e financeiros com a economia internacional, mas sim políticas que desvinculassesem as taxas de juros domésticos das internacionais, que protegessem o nível de renda do setor exportador, e maiores investimentos voltados para a defesa do nível de emprego, que preparassem o País para o período em que as restrições de quantidades físicas deveriam substituir as incômodas restrições financeiras. Neste cenário, quanto mais cedo o País se desvincular unilateralmente dos compromissos financeiros internacionais, menores serão os custos em termos de perda de renda e emprego.

Para o professor da PUC, soluções hoje tidas como "irresponsáveis" têm de ser postas na balança

dos custos e benefícios vis-à-vis soluções mais conformadas às regras do jogo internacional. Em artigo a ser publicado em livro juntamente com mais 12 professores do Departamento de Economia da PUC, denominado "Dívida externa, recessão e ajuste estrutural: o Brasil diante da crise", o economista observa que a queda do nível da atividade econômica tem um efeito perverso sobre a receita governamental, tanto no sentido tradicional, de receita tributária, quanto no sentido mais amplo, da receita das empresas estatais, como se está verificando, por exemplo, no setor de geração de eletricidade. Tentativas de se compensar a queda do consumo devida à recessão com elevação de tarifas para justificar rentabilidades, como tem ocorrido, agravam as pressões inflacionárias do lado dos custos das empresas privadas.

Dias Carneiro diz que o orçamento federal, em uma acepção mais ampla, precisa ser revisto, fazendo-se mais explícitas as necessidades de recursos, diminuindo-se o nível dos subsídios cuja lógica de concessão foi ultrapassada pelos novos fatos da economia mundial e pelas novas necessidades da economia brasileira, eliminando-se as distorções mais flagrantes do esquema de concessão de incentivos fiscais e promovendo-se maior racionalidade no sistema tributário.

Para o professor da PUC, não resta dúvida que uma ameaça de recessão tem valor tático para que se consigam remover algumas resistências à mudança, que partem dos beneficiários do atual sistema. Além disso, uma diminuição do consumo do governo pode ser necessária para fazer face às necessidades de investimento do setor público. Daí, porém, a defender a recessão como forma de ajuste das contas governamentais vai uma distância considerável, que não encontra respaldo na análise da real situação dos orçamentos públicos, ou do papel dos investimentos públicos nas mudanças que se fazem necessárias nos perfis da produção.

Ele destaca ainda que a adoção de uma política recessiva leva naturalmente à desarticulação dos investimentos públicos e privados cujos efeitos, neste caso, são apenas de diminuir as perspectivas de sermos capazes de aproveitar as oportunidades oferecidas por uma retomada do comércio internacional.